



## **FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E A INCLUSÃO: COMO UTILIZAR A COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA COM ALUNOS AUTISTAS**

Eixo 07 – Educação, Comunicação e Práticas Inclusivas

Rozevania Valadares de Meneses CÉSAR<sup>1</sup>  
Telma dos Santos Lima APOLÔNIO<sup>2</sup>  
Rafaela Virgínia Correia da Silva COSTA<sup>3</sup>

### **RESUMO**

Com um mercado de trabalho cada vez mais competitivo é imprescindível que os professores busquem um diferencial para atuar no contexto da sala de aula. Nesse sentido, a formação continuada é uma oportunidade de melhoria da sua práxis. Assim, o presente artigo pretende compreender como a formação continuada de professores pode ajudar no processo de inclusão dos alunos portadores de autismo a partir da comunicação alternativa. Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, a partir de teóricos que discutem a temática, além de leis e de decretos com abordagem qualitativa. Os resultados mostraram que, embora a formação continuada de professores tenha avançado, muito ainda precisa ser feito para que o processo de inclusão de fato aconteça.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação continuada; Inclusão; comunicação alternativa.

### **ABSTRACT**

With an increasingly competitive job market, it is essential that teachers seek a differential to act in the context of the classroom. In this sense, continuing education is an opportunity to improve your praxis. Thus, this article aims to understand how the continuing education of teachers can help in the process of inclusion of students with autism from alternative communication. This is a bibliographic research, based on theorists who discuss the theme, in addition to laws and decrees with a qualitative approach. The results showed that, although the continuing education

---

<sup>1</sup> Professora da rede estadual em Tobias Barreto/SE e municipal em Itapicuru-BA. Mestra em Educação (UNIT/SE). Membro do Grupo de Pesquisa Educação e Culturas Digitais – Ecult (UFS/CNPq) e do Grupo de Estudos em Educação Superior-GEES (UFS/CNPQ). E-mail: rozevaniavcesar@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professora da municipal em Itapicuru/BA. Especialista em psicopedagogia (Faculdade Pio X). Membro do Núcleo de Pesquisa em tecnologia Assisitiva – NUPITA (UFS/CNPQ). E-mail: telmadossantoslimaapolonio@gmail.com.

<sup>3</sup> Professora das redes estadual e municipal de ensino em Tobias Barreto/SE. Membro do Grupo de Estudos em Educação Superior-GEES (UFS/CNPQ). E-mail: rafaela.vcsc@hotmail.com



of teachers has advanced, much still needs to be done for the inclusion process to actually happen.

**KEYWORDS:** Continuing education; Inclusion; alternative communication.

## **1 Introdução**

Entende-se educação como o processo de ensinar e aprender. Dito de outra forma, é o principal meio de transmitir normas, regras, hábitos, costumes e comportamentos que ajudam a moldar uma sociedade. Nesse sentido, o professor é peça fundamental no processo, tendo em vista que esse profissional desenvolve uma sequência de atividades no âmbito escolar na perspectiva de atingir um número considerável de aprendizagem por parte dos envolvidos no processo, os alunos.

A formação continuada de professores pode ser considerada como um percurso que ajuda o docente a trilhar, com mais segurança e apto para direcionar, o processo de ensino e aprendizagem no contexto da sala de aula. Sendo assim, o objetivo da já citada formação, é justamente garantir a qualidade da educação. Vale ressaltar que essa qualidade deve respeitar a diversidade e as necessidades de cada aluno garantindo assim o direito à educação para todos e todas.

Diversas são as formas de diversidades que o professor se depara na sala de aula e, para tanto, precisa dar conta da demanda. Nesse prisma, estudiosos e profissionais da educação observam que no Brasil ainda há uma barreira muito grande quando se trata de escolarização básica inclusiva. Para eles, falta incentivo por parte dos governos, formação continuada de professores (para citar algumas situações), ou seja, não basta fazer adaptações nas escolas (espaço físico), incluir significa proporcionar material adequado e formação continuada não só para os docentes, mas também para a comunidade escolar.

É preciso mencionar que o ato de se comunicar abrange não apenas a linguagem falada, mas outros, como por exemplo, gestos, sinais, imagens e expressões faciais. Desse modo, no contexto da inclusão, a comunicação alternativa é uma possibilidade de recompensar de forma temporária e/ou permanente incapacidade ou déficit dos sujeitos que apresentam condições graves concernentes a comunicação.



Essa forma de comunicação pode ser eficiente para que o professor desenvolva atividades com alunos portadores de Transtorno do Espectro Autista (TEA), isto porque é preciso compreender suas limitações. Tais limitações incluem: dificuldades de interação social e comunicativa, hipersensibilidade auditiva, visual e/ou tátil, capacidade de voltar a atenção unicamente para um contexto em específico e estereotípias em casos mais relevantes.

Portanto, partindo do já citado, e por perceber a importância da formação continuada de professores para atuar na perspectiva inclusiva, a problemática central que circunscreve esse texto parte das seguintes inquietações: A formação continuada de professores ajuda no processo de inclusão? Quais são as práticas metodológicas que potencializam as atividades de modo a incluir o estudante portador de autismo? A comunicação alternativa pode ser uma possibilidade para incluir os alunos portadores de TEA?

São inúmeras as dificuldades dos professores quando se deparam com alunos que possuem TEA no âmbito da sala de aula. Alguns relatam que fizeram cursos de formação continuada para atuar nessa área, porém ao se defrontar com alunos portadores desse tipo de transtorno, sentem-se inseguros quanto a forma de abordagem de modo a incluir. Tendo em vista essa realidade, a presente pesquisa se justifica com base nessas circunstâncias.

O pressuposto que se tem é que a formação continuada em si não é suficiente para atender o aluno portador de TEA de forma abrangente, mas fornece subsídios para o professor como o uso da metodologia alternativa, por exemplo. Sob esse aspecto, acredita-se que as contribuições decorrentes desta pesquisa serão importantes para os professores, além de promover uma reflexão sobre o processo inclusivista.

Diante do exposto, vale destacar que este texto objetiva, portanto, compreender como a formação continuada de professores pode ajudar no processo de inclusão dos alunos portadores de autismo a partir da comunicação alternativa.

Em relação ao procedimento utilizado, o estudo é classificado como pesquisa bibliográfica e documental, por ser fundamentada em livros, artigos, leis, *sites* eletrônicos, artigos científicos. Para Gil (2010, p. 29-31) “[...] a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Dito de outra forma, este tipo de pesquisa



integra material impresso como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos.”

Sobre pesquisa documental, o autor citado infere que: “[...] vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas [...] se recomenda que seja considerada fonte documental quando o material consultado é interno à organização” (GIL, 2010. p. 29-31). Outrossim, para atender à propositura desta pesquisa, tem-se abordagem qualitativa, pois busca perceber se a formação continuada de professores é eficiente para a sua atuação na perspectiva da inclusão e se a comunicação alternativa pode ser uma suposta solução para os professores tornarem as aprendizagens ainda mais significativas.

Como referencial teórico, lança-se mão dos conceitos de Romanowski (2009), Freire (1996), Imbernón (2001), Lima (2002), Mantoan (1997), Pimenta (2002), Santos (2008) e Valdez (2002), que permitiram perceber se a formação continuada de professores se configura com um suporte para o processo inclusivista. A escolha desses autores é pedagogicamente fundamental, já que a proposta visa compreender se uma formação continuada é suficiente para o professor desenvolver atividades com estudantes portadores de autismo, na perspectiva da comunicação alternativa.

Dessa forma, é importante frisar que a proposta não se limita à análise da comunicação alternativa, mas amplia-se com a percepção dos aspectos que envolvem tanto o professor quanto os alunos, compreendendo a relação entre os professores e os recursos oportunizados pelas tecnologias digitais e as aprendizagens desenvolvidas. Em suma, com o método de pesquisa qualitativo, segundo Creswell (2010, p. 43), é “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”.

Destarte, a investigação sobre como ocorre a aprendizagem é a base para o entendimento de como o objeto de pesquisa contribui para essa aprendizagem e como esta acontece. Assim, a metodologia escolhida será a base para perceber todo o processo e desvendar as implicações para o alcance de práticas efetivamente significativas. Para isso descrever-se-ão os sujeitos, sua relação com o processo, as expectativas, a autorreflexão sobre sua própria aprendizagem, enfim, buscar-se-á compreender as



relações externas e internas mostrando como a aprendizagem é construída e se é construída na perspectiva inclusiva.

## **2 Formação continuada de professores no processo inclusivista**

Em virtude das mudanças aceleradas pelas quais perpassa a sociedade na contemporaneidade, que atingem todos os seguimentos sociais, a instituição escolar passa a ser o espaço ideal para a formação. Isso ocorre porque, o espaço escolar é o *locus* de encontro de várias experiências onde pessoas, de forma recíproca, influenciam e são influenciadas. Desse modo, os professores, assim como outros profissionais, necessitam continuar em busca de outros conhecimentos para agregar outras reflexões. Para Romanowski (2009):

A formação continuada é uma exigência para os tempos atuais. Desse modo, pode-se afirmar que a formação docente acontece em continuum, iniciada com a escolarização básica, que depois se complementa nos cursos de formação inicial, com instrumentalização do professor para agir na prática social, para atuar no mundo e no mercado de trabalho (ROMANOWSKI, 2009, p. 138).

A formação continuada provoca no professor ponderações sobre suas práticas e sua evolução profissional, para além das condições de trabalho que lhe são impostas, além da preocupação em atender a geração atual, conectada e o manuseio com as tecnologias de comunicação e informação. Esses talvez sejam alguns motivos que estimulem os professores a buscarem por formação na expectativa de melhorar suas práticas. De acordo com Freire, (1996, p. 43), “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem é que pode melhorar a próxima prática”.

Considerando esse contexto, depreende-se que as práticas já realizadas devem ser levadas em consideração, por outro lado, faz-se necessário agregar conhecimentos que não são adquiridos na formação inicial para suprir supostas carências da sala de aula. Nesse sentido, o professor necessita continuar estudando e buscando novos saberes. Saberes esses que segundo Tardif (2018, p. 36) “O professor e o ensino constituem objetos de saber para as ciências humanas e para as ciências da educação”.



Em consonância com o raciocínio anterior, é possível afirmar que a busca por formação continuada ajuda a tornar as atividades cotidianas em sala de aula mais atuais e leves. Isso leva a reproduzir um pensamento de Freire (1996) quando afirma que: “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é a reflexão crítica sobre a prática” (FREIRE, 1996, p. 43). Sendo assim, a formação continuada não se configura como a solução para os “males” da educação e do cotidiano escolar, mas ajuda o professor a sair da zona de conforto e buscar outras alternativas que melhorem ainda mais sua práxis e assim alcançar melhores resultados junto aos alunos, a aprendizagem.

Outro ponto a ser destacado é que o professor, ao buscar por formação continuada, além de refletir sobre sua prática, tem a oportunidade de estar a par das “novidades” no âmbito da educação, isto é, desenvolve outras competências que vão ajudá-lo a melhorar sua atuação. Essas premissas apontam para a necessidade de o professor engajar-se, tanto social, quanto politicamente, compreendendo as possibilidades de atuação social e cultural e assim ajudar a transformar a sociedade. Abordando a questão com maior amplitude, Imbernón (2001) afirma:

A formação terá como base uma reflexão dos sujeitos sobre sua prática docente, de modo a permitir que examinem suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes etc., realizando um processo constante de auto avaliação que oriente seu trabalho. A orientação para esse processo de reflexão exige uma proposta crítica da intervenção educativa, uma análise da prática do ponto de vista dos pressupostos ideológicos e comportamentais subjacentes (IMBERNÓN, 2001 p. 48-49).

Diante desse quadro, vale ressaltar que a formação reflete a prática docente, tendo em vista a melhoria na qualidade dos conteúdos ensinados, pois os docentes se tornam mais produtivos e atentos aos progressos nas suas aulas. Outrossim, os conteúdos são mais adequados a vivência dos discentes e por isso, tornam-se mais engajados. Esse engajamento propicia que os alunos se dediquem mais e sintam-se motivados, o que posteriormente trará sucesso. É justamente esse sucesso que se espera dos professores e da escola em relação aos alunos portadores de TEA.



Mas será que a formação continuada realmente prepara o docente para atuar com alunos portadores de necessidades especiais? A formação de professores é um ponto que merece ser repensado quando se refere a inclusão. A cada início do ano letivo, quando os professores se deparam com alunos portadores de necessidade especiais, sentem-se temerosos, inseguros em relação a forma como devem proceder com esses alunos. Não raro, a direção e a coordenação das escolas ouvem reclamações dos professores como: “Não fui preparado para lidar com crianças com deficiência” (LIMA, 2002, p. 40).

A formação continuada pode até ser um encaminhamento positivo para ajudar os professores a promover um ensino igualitário de modo a incluir, porém não assegura uma aprendizagem inclusiva, tendo em vista que não basta ter formação, a comunidade escolar e o próprio espaço físico também devem ser adaptados para atender as necessidades dos alunos. Nesse âmbito, Mantoan (1997, p. 120) acredita que “[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico”. Dessa forma e sob tal complexidade, o foco da discussão deste artigo se debruça sob os alunos portadores de autismo e o uso da comunicação alternativa como aliada no processo de ensinagem<sup>4</sup> desses alunos.

### **3 Alunos autistas e a possibilidade do uso da comunicação alternativa como forma de inclusão.**

Diante do cenário apresentado cabe ainda mencionar a falta de uma formação adequada dos professores para incluir os alunos que apresentam algum tipo de deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem. A partir desse contexto, Imbernón (2011, p. 15) explicita que, “A formação também servirá de estímulo crítico ao constatar as enormes contradições da profissão e ao tentar trazer elementos para superar as

---

<sup>4</sup> “[...] usado então para indicar uma prática social complexa efetivada entre os sujeitos, professor e aluno englobando tanto a ação de ensinar quanto a de apreender, em um processo contratual, de parceria deliberada e consciente para o enfrentamento na construção do conhecimento escolar, decorrente de ações efetivas na sala de aula e fora dela” (ANASTASIOU, ALVES, 2009, p. 20).



situações perpetuadoras que se arrastam há tanto tempo [...]”. Acredita-se que essas considerações são suficientes para retratar a situação da problemática da inclusão.

A inclusão escolar se tornou principal tema das conferências internacionais, a saber: Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em 1990 em Jomtien (Tailândia), e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, efetivada em 1994 em Salamanca (Espanha) com a colaboração da UNESCO. Nessa última, 92 governos e 25 organizações internacionais validaram a Declaração cujo o princípio basilar foi o “dever das escolas de acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (Brasil, 1997, p. 17).

Diante do explicitado, é preciso salientar que a inclusão perpassa os muros da escola, ou seja, é preciso incluir também na sociedade. Trata-se, portanto, de agregar meios e ações capazes de combater a exclusão por meio de mecanismo que facilitem a vida dos sujeitos em sociedade, sociedade essa que vez por outra exclui pelas diferenças de: idade, classe social, gênero, cor, orientação sexual e deficiência. Entretanto, incluir significa possibilitar oportunidades igualitárias de acesso a bens e serviços a todos de igual modo, como caracterizado por Facion (2008) ao afirmar que:

A busca por uma sociedade igualitária, por um mundo em que os homens gozem de liberdade de expressão e de crenças e possam desfrutar da condição de viverem a salvo do temor e da necessidade, por um mundo em que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os seres humanos e da igualdade de seus direitos inalienáveis é o fundamento da autonomia, da justiça e da paz mundial, originou a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que representa um movimento internacional do qual o Brasil é signatário (FACION, 2088, p. 55).

Como se pode depreender da exposição teórica citada anteriormente, é preciso salientar que a efetivação da inclusão perpassa pela superação de inúmeros desafios, e portanto, é imprescindível que haja uma reorganização do currículo escolar e de uma formação continuada para os professores, para que esses aprendam a lidar com cada especificidade de deficiência e assim colaborar de forma benéfica e ainda mais relevante para o processo ensino-aprendizagem dos estudantes com aqueles que são portadores de necessidades especiais educativas, isto porque:





O trabalho docente com portadores de necessidades educativas especiais na contemporaneidade deve combinar estes dois aspectos, o profissional e o intelectual, e para isso se impõe o desenvolvimento da capacidade de reelaborar conhecimentos (PIMENTA, 2002, p. 131-132).

Acrescenta-se ainda que o professor sozinho não terá como desenvolver um bom trabalho sem a ajuda da família dos alunos com necessidades educacionais especiais. Dessa forma, faz-se necessário que o tripé escola-família-comunidade se una, tendo em vista a heterogeneidade dos alunos entendidos como “padrões” que também participam do processo de inclusão. Sendo assim, a troca de informações entre os envolvidos no processo provavelmente possibilite uma melhor interação entre os envolvidos, além de ajudar no processo inclusivista.

Diante desse quadro é possível inferir os principais tipos de deficiência a saber: auditiva, visual, física, mental e múltipla (para citar algumas), além de incluir também o estudante autista. Sob essa ótica, o Transtorno do Espectro Autista, também denominado de TEA, tem alcançado grandes avanços nos últimos tempos em razão de esforços e conscientização, principalmente por parte da mídia. Sendo assim, “Etimologicamente falando, autismo vem da palavra de origem grega "autos" cujo significado é "próprio ou de si mesmo", sendo caracterizado como um distúrbio neurológico que surge ainda na infância, causando atrasos no desenvolvimento (na aprendizagem e na interação social) da criança”<sup>5</sup>

Ao que parece, o autismo ainda não apresenta um diagnóstico preciso. Possivelmente seja uma condição que ocasiona retardo no desenvolvimento infantil, prejudicando a socialização, a comunicação e a imaginação, sejam todos os âmbitos de uma vez ou uma área em específico, a depender do grau de TEA. É preciso lembrar que a situação do professor, ao receber um aluno autista na sua turma não é confortável, tendo em vista que mesmo tendo seus direitos garantidos, esse estudante na maioria das vezes é excluído do processo por falta de formação do professor, entre outros entraves que dificultam o processo, ou seja,

---

<sup>5</sup>Disponível em:< <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista>>. Acesso em: 16 out 2021.



A escola recebe uma criança com dificuldades em se relacionar, seguir regras sociais e se adaptar ao novo ambiente. Esse comportamento é logo confundido com falta de educação e limite. E por falta de conhecimento, alguns profissionais da educação não sabem reconhecer e identificar as características de um autista, principalmente os de alto funcionamento, com grau baixo de comprometimento (SANTOS, 2008, p. 9).

Diante do postulado, é fundamental entender que não basta incluir o estudante autista, antes, porém, faz-se necessário que a comunidade escolar busque informações com os familiares visto que, teoricamente, a escola é o primeiro ambiente social que o estudante interage depois do seio familiar e, por esse motivo, as dificuldades para seguir normas e regras se tornam mais complicadas. Vinculada a essa concepção, observa-se que os alunos portadores de TEA, em sua grande maioria, não usam de modo correto as palavras, mas quando estão em grupos, participam ativamente das atividades; alguns conseguem desenvolver habilidades da linguagem e motoras, por exemplo.

Por conseguinte, o professor se vale da comunicação verbal e gestual na sua prática diária. Em outras palavras, “a sala de aula é um espaço de vivência, de convivência e de relações pedagógicas, espaço constituído pela diversidade e heterogeneidade de ideias, valores e crenças” (VALDEZ, 2002, p. 24). Além disso, a comunicação facilita as relações, sendo, portanto, de fundamental importância para sobrevivência dos sujeitos.

Por outro lado, como o professor deve fazer para interagir com um estudante autista? Talvez se apropriando de metodologias de aprendizagem que facilitem tanto a comunicação, quanto o seu desenvolvimento é o caso da comunicação alternativa. Como já mencionado, o professor se vale da comunicação para transmitir seus ensinamentos, que ocorrem também através da troca de sentimentos entre as pessoas, como pontuado por Boone e Plante (1994, p. 83) ao escrever que: “Quando uma mensagem deve ser transmitida, tipicamente as pessoas utilizam a linguagem, que, quer falada, escrita, ou por sinais, envolve um sistema que transmite um significado.”

Nessa perspectiva, a comunicação alternativa é aplicada com pessoas que não falam nem escrevem, bem como sentem dificuldade para se comunicar, características principais dos sujeitos portadores de autismo que dificulta, entre outros aspectos, a



interação social. Vinculada a essa concepção, tem-se a Comunicação Alternativa (CA) como uma modalidade de Tecnologia Assistiva<sup>6</sup> (TA), uma área de estudos multidisciplinar, que se concentra em estudar habilidades e recursos comunicativos que possibilitem aos sujeitos que não falam e nem escrevem a oportunidade de comunicar-se.

Na comunicação alternativa, o sujeito se apropria de outros meios para se comunicar ao invés da fala. Sendo assim, trata-se, portanto, de um tipo de comunicação individual e impossível de ser copiado, isto porque, necessita de muitas variantes. Em consenso com o raciocínio anterior, torna-se importante ressaltar que mesmo com uma formação continuada na perspectiva inclusiva, os professores sentem dificuldade de interagir com alunos portadores de TEA em razão do nível patológico que comprometem a aquisição e o desenvolvimento da linguagem, da fala e, posteriormente, da escrita.

A partir desse contexto, observa-se que ao usar a comunicação alternativa, os professores beneficiam os alunos portadores de TEA, uma vez que adquirem uma comunicação funcional, melhoram a auto estima, se tornam mais independentes para realizar atividades rotineiras, são capazes de tomar decisões, além de conseguir dialogar melhor com outras pessoas, ou seja, melhoram sua qualidade de vida.

Para desenvolver atividades com alunos portadores de TEA, é possível contar com recursos de baixa e alta tecnologia. No primeiro caso, pode ser utilizado pranchas de comunicação (objetos ou símbolos, letras, sílabas, palavras, frases ou números); eye gaze (pranchas de apontar com os olhos); avental (podem ser confeccionados em tecido e fixar letras e símbolos). Já no segundo caso, tem-se os comunicadores com voz gravada (Go Talk)<sup>7</sup>; comunicador de frases, portátil, com 32 mensagens, comunicador

---

<sup>6</sup>A TA é uma área do conhecimento que se propõe a promover e ampliar habilidades em pessoas com limitações funcionais decorrentes de deficiência e do envelhecimento. Recursos que favorecem a comunicação, a adequação postural e a mobilidade, o acesso independente ao computador, a escrita alternativa, o acesso diferenciado ao texto, os recursos para cegos e para surdos, as órteses e as próteses, os projetos arquitetônicos para acessibilidade, os recursos variados que promovem independência em atividades de vida diária como alimentação, vestuário e higiene, mobiliário e material escolar modificado são apenas alguns exemplos das inúmeras modalidades e possibilidades da TA (COOK; HUSSEY, 1995; KING, 1999).

<sup>7</sup> Os vocalizadores GoTalk da Attainment, são excepcionais recursos de comunicação e educação, para gravar e reproduzir mensagens com um simples toque de botão. Disponível em:



com voz sintetizada, computador *tablets* e celular são algumas possibilidades de uso em sala de aula.

## **Considerações Finais**

Com a discussão aqui apresentada, fica evidente que a formação continuada de professores é uma forma de aperfeiçoamento de conhecimentos que são indispensáveis para a práxis docente e, portanto, deve ocorrer durante o percurso profissional, objetivando assim possibilitar que a ação docente proporcione aprendizagens ainda mais relevantes. Formação continuada de professores de modo a incluir e as práticas metodológicas e comunicação alternativa para alunos portadores de TEA foram as questões centrais desta pesquisa.

O levantamento bibliográfico mostrou que a formação continuada é um suporte de grande valia para o professor, no entanto, é na prática que o docente descobre como adentrar no “universo” do aluno portador de TEA. Também fora percebido que os pais e/ou responsáveis pelos discentes precisam ser parceiros permanentes da escola, para que a aprendizagem surta o efeito desejado, ou seja, não basta matriculá-los na escola é necessário acompanhar o processo.

Outro aspecto que ficou evidenciado se refere a comunicação alternativa, que agrega práticas comunicativas a partir da junção de diversos recursos que possibilitam aos alunos que não se comunicam, a chance de serem incluídos no processo de ensino e aprendizagem. É importante ressaltar que o processo de inclusão é um desafio também para o sistema educacional, tendo em vista a necessidade de uma equipe preparada para ajudar como psicoterapeutas, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos (para citar alguns) e assim ajudar o professor nessa empreitada.



## Referências

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, L. P. (Org.). **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 5. ed. Joinville, 2009.

BOONE, D. R.; PLANTE, E. **Comunicação Humana e Seus Distúrbios**. [tradução de Sandra Costa]. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

BRASIL. **Ministério da Ação Social**. Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, DF: CORDE, 1997.

COOK, A.; HUSSEY, J. **Assistive Technologies: Principles and Practice**. Mosby-Year Book, USA: Missouri, 1995.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

IMBERNÒN, F. **Formação docente e profissional**: forma-se para mudança e a certeza. São Paulo: Cortez, 2001.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**: formar-se para mudança e a incerteza. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA PA. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo; AVERCAMP, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PIMENTA, S.; ANASTASIOU, L. **Docência na Educação Superior**. São Paulo: Cortez, 2002.



ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e Profissionalização docente**. Curitiba: Ibpe, 2007. LOIOLA, Rita. Formação continuada. Revista nova escola. São Paulo: Editora Abril. nº: 222.p.89, maio 2009.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano. **Autismo**: um desafio na alfabetização e no convívio escolar. São Paulo: CRDA, 2008.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

VALDEZ, D. **As relações interpessoais e a Teoria da Mente no contexto educativo**. Pátio Revista Pedagógica, Porto Alegre, Artmed, ano VI, v.23, set/out 2002.